



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA  
CONTROLADORIA GERAL

## Parecer do Controle Interno de Aditivo Contratual

### Primeiro Aditivo – Contrato nº 20230715

<b>Processo:</b> 5/2023	<b>Modalidade:</b> Tomada de Preços
<b>Objeto:</b> Construção de uma praça pública, na comunidade do Emboraí, no município de Augusto Corrêa/PA.	
<b>Contrato:</b> 20230715 <b>Contratante:</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA <b>Contratado:</b> PLENA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA E TERRAPLENAGEM LTDA <b>Valor:</b> R\$ 368.371,25 (trezentos e sessenta e oito mil, trezentos e setenta e um reais e vinte e cinco centavos). <b>Vigência:</b> 11 de outubro de 2023 à 08 de abril de 2024.	
<b>Primeiro Aditivo:</b> Aditamento de prazo – Prorroga a vigência contratual de 08 de abril de 2024 à 07 de junho de 2024.	

1

#### 1. Introdução

A Controladoria Geral do Município – CGM, por força do disposto no artigo 56 da Lei Orgânica do Município de Augusto Corrêa, constitui-se no órgão responsável pelo Sistema de Controle Interno, no âmbito do executivo municipal, devidamente regulamentado pela Lei 1.532 de 22 de março de 2005 e pela Lei 1.739 de 29 de dezembro de 2010, em atendimento ao disposto na Resolução Normativa nº 7.739/2005, editada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA.

Enquanto órgão responsável pelo Sistema de Controle Interno é de sua competência, dentre outras, examinar as fases de execução da despesa verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade. Sendo, portanto, sua atribuição, a fiscalização de todas as contas da administração municipal.

#### 2. Análise do Processo

O presente parecer trata do pedido de aditamento ao Contrato nº 20230715, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA e a empresa PLENA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ: 15.615.144/0001-20, originado da Tomada de Preços nº 5/2023, que tem



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

por objeto a Construção de uma praça pública, na comunidade do Emboraí, no município de Augusto Corrêa/PA.

No dia 25 de março de 2024, a empresa PLENA SERVICOS DE INFRAESTRUTURA E TERRAPLENAGEM LTDA, CNPJ: 15.615.144/0001-20, solicitou a prorrogação do prazo de vigência do contrato alegando atrasos na execução dos serviços em razão do período chuvoso que dificulta a mobilidade de materiais e equipamentos ao local da obra. A empresa solicitou um acréscimo de prazo de 60 (sessenta) dias. A vigência atual do contrato compreende o período de 11 de outubro de 2023 à 08 de abril de 2024.

Ao analisar a solicitação de aditivo da empresa, o Prefeito Municipal – FRANCISCO EDNALDO QUEIROZ DE OLIVEIRA solicitou esclarecimentos ao Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo, bem como um relatório de execução do referido contrato.

No dia 26 de março de 2024, o Departamento de Engenharia se pronunciou por meio da Nota Técnica nº 001/2024, na qual afirmou que a empresa já havia executado o percentual de 13,29% da obra, ou seja, faltando ao todo mais de 50% da obra para executar, porém informou que a maior parte dessa porcentagem está relacionada a serviços de acabamento e serviços finais. Dessa forma, solicitou que fosse concedido a empresa o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do processo.

De acordo com a Lei nº 8.666/93, a prorrogação de prazo pode ocorrer se a situação se enquadrar em uma das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, bem como nos §1º e §2º do mesmo artigo. Como se observa no trecho abaixo:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

[...]

§1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA**  
**CONTROLADORIA GERAL**

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

§2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Dessa forma, e como se observa no presente texto, a prorrogação de prazo, além de se enquadrar nas hipóteses previstas, deve ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente.

No presente caso, se vislumbra tanto o enquadramento da situação, quanto o atendimento dos requisitos formais para a prorrogação de prazo. Haja vista a justificativa apresentada e a existência de interesse de ambas as partes na continuidade da prestação dos serviços.

Dessa maneira, o Contrato nº 20230715, passa a vigorar com um acréscimo de prazo que vai de 08 de abril de 2024 à 07 de junho de 2024. O Aditivo foi assinado no dia 08 de abril de 2024 e publicado no Diário Oficial da União em 10 de maio de 2024, portanto fora do prazo exigido pelo parágrafo primeiro do artigo 61, da Lei nº 8.666/93. Porém, foi publicado com o nome do contratante errado. A correção foi publicada no dia 13 de maio de 2024.

Segundo o parágrafo primeiro do artigo 61, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 61. (...)

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

Conforme esse dispositivo, a eficácia de contratos e seus aditamentos celebrados pelos órgãos e entidades públicas, qualquer que seja o seu valor,



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA  
CONTROLADORIA GERAL

deponderá da publicação de seu resumo na imprensa oficial, a qual deverá ser providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

### 3. Recomendações

Com base no exposto a cima, e no que prevê o inciso VI, Art. 5º da Lei Municipal nº 1.532/2005, esta controladoria Interna vem, neste parecer:

RECOMENDAR a atual Autoridade Ordenadora de Despesas do Município, para que observe e cumpra com rigor os prazos estabelecidos em lei e em regulamentos para os atos administrativos de sua competência.

### 4. Conclusão

Após a análise, por esta controladoria, do pedido de aditamento ao Contrato nº 20230715, originado da Tomada de Preços nº 5/2023, que tem por objeto a Construção de uma praça pública, na comunidade do Emboraí, no município de Augusto Corrêa/PA, verificou-se a seguinte pendência: 1) publicação intempestiva do termo aditivo ao contrato, violando o disposto no Parágrafo Primeiro do Art. 61 da Lei 8.666/93.

Nossa análise constatou, porém, a inexistência de má-fé por parte da Administração, assim como, a inexistência de prejuízo aos envolvidos e/ou ao erário público. A publicação dos atos administrativos é a regra, e um dos elementos de sua eficácia e/ou validade. Isso porque a comunidade tem o direito de saber o que o administrador público está fazendo e como está fazendo, para exercer o seu papel de fiscalizador. Não se justifica, porém, observando a prevalência do interesse público, que o procedimento licitatório seja anulado por conta de erro material verificado na intempestiva publicação na imprensa oficial. Devendo, para tanto, ter seus atos convalidados.

Diante do exposto, esta controladoria interna é de **PARECER FAVORÁVEL COM RESSALVAS**, ao processo licitatório supracitado, considerando tudo o que foi exposto no item 2 e observando as recomendações contidas no item 3 deste parecer.

É o parecer que remeto a considerações superiores.

Augusto Corrêa-PA, 16 de maio de 2024.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO CORRÊA  
CONTROLADORIA GERAL

Responsável pelo Controle Interno:

5

---

*Cássio Luís Santos Teixeira*

Controlador Geral  
Decreto nº 127/2023